



www.fepal.org.br

PALESTINA LIVRE

A luta por libertação e
soberania de um povo

Realização:



Apoio:





EXPEDIENTE

Idealização:

Fundação Lauro Campos e Marielle Franco
(FLCMF)

Apoio:

Federação Árabe Palestina do Brasil
(Fepal)

Organização e Planejamento:

Samir Oliveira

Revisão:

Débora Fogliatto

Projeto gráfico, ilustração e diagramação:

Bela Daudt - Studio Cactus CC

Edição e apoio gráfico:

WHIZZ

Impressão:

Gráfica Cromocollor - CNPJ: 09.181.015/0001-78

Tiragem:

2 mil exemplares

FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS E MARIELLE FRANCO

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Luciana Krebs Genro

Vice-presidente

Ana Paula Silva da Rocha

Diretor Financeiro

Stenio Matheus de Moraes Lima

Diretora de Comunicação

Mariana Costa Riscali

Diretor de Relações Internacionais

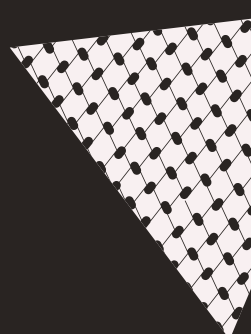
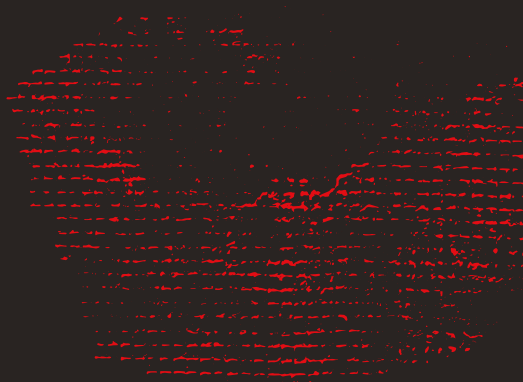
Guilherme Prado Almeida de Souza

Diretor de Formação

André Scerb

Diretora de Acervo e Memória

Maria da Glória Ferreira Trogo



CONSELHO CURADOR

Edson Miagusko - Presidente
Maria Gracionice Barbosa Gonçalves
Flávia Alessandra Dias da Silva
Miguel Tadeu de Carvalho
Zaira Valeska Dantas da Fonseca
Israel Pinto Dornelles Dutra
Zeneide Nazaré Lima dos Santos
Francisvaldo Mendes de Souza
Marcus William Ronny Kollbrunner
Agatha Cristie Silva
Beatriz Tenore Blanco
Alexandre Varela
Hélio Alexandre da Silva
Mena Bianca Ferreira Paiva (Suplente)
Gabriela Silva Gomes (Suplente)
Pedro Bueno de Melo Serrano (Suplente)
Kleber Rosa de Souza (Suplente)



CONSELHO FISCAL

Etiene Bento dos Santos - Presidente
Leandro Tavares Fontes Coutinho
Lucas Rodrigues Cavalcanti Van Der Ploeg
Maria do Perpétuo Socorro Setúbal Ferreira (Suplente)
Lilian dos Santos Oliveira (Suplente)

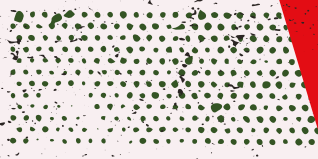
CNPJ - Fundação Lauro Campos e Marielle Franco:

09.076.446/0001-74



Índice

Apresentação	07
Linha do tempo da luta palestina	12
Conhecendo a Palestina: Dados sobre o apartheid e a luta por libertação	26
Derrubando os mitos sobre Israel	36
Notas do PSOL em apoio à Palestina	58
Declarações de apoio à causa palestina	64
Indicação de leituras sobre a Palestina	71



APRESENTAÇÃO

UM INSTRUMENTO DE LUTA E INFORMAÇÃO

Enquanto estas palavras são escritas, no final do mês de novembro de 2024, a Palestina já contabiliza 417 dias de genocídio, com 55.031 exterminados na Faixa de Gaza, considerando os 10 mil desaparecidos sob escombros. É impossível traduzir o horror em números, por mais impactantes que eles sejam, mas é possível transformar a indignação em luta por mudanças profundas para que esses números - que vêm se repetindo há pelo menos 100 anos, e atualmente de forma ainda mais dramática - não mais venham a existir. É com esse objetivo que lançamos este material: para que ele seja um instrumento de luta e informação para a transformação da realidade. Realidade, essa, que as próximas páginas demonstrarão em detalhes e em profundidade.

Antes, porém, é preciso fazer algumas considerações iniciais e dizer que, por ação de um movimento colonialista - o sionismo - com o apoio do imperialismo britânico e estadunidense, a Palestina vive a tragédia de ter que pagar com suas terras, seu povo e seu sangue pelos crimes do Ocidente. Só existe uma questão palestina no mundo porque a Europa tornou insustentável a permanência dos judeus em seus países, agravando a perseguição ao longo do século XIX até chegar à barbárie nazista no século XX. Fazer a Palestina pagar esta conta foi a forma encontrada pelo sionismo e pelo imperialismo de resolver o problema do antijudaísmo no continente Europeu.

E, de fato, o antijudaísmo impossibilitava o pleno desenvolvimento de parcela significativa da população de diversos países europeus - sobretudo na Europa Oriental, com os pogroms organi-



zados pela Rússia czarista. Os judeus não podiam ter terras, tinham sua liberdade de ir e vir limitada e sofriam uma série de discriminações, que foram se tornando mais organizadas e mais violentas.

Em um contexto onde cada vez mais movimentos nacionalistas vinham se postulando e reivindicando independência para seus territórios, surge o sionismo com a ideia de criar uma pátria para o povo judeu. Só que, diferentemente dos outros casos, os judeus não viviam todos em uma mesma região, não falavam todos a mesma língua e não compartilhavam todos o mesmo ideal nacionalista. Havia, na comunidade judaica da época, a percepção muito forte de que a saída contra o antijudaísmo era apostar na busca por assimilação junto às sociedades onde os judeus já viviam. O sionismo era, assim, minoritário e visto como um movimento capaz de gerar ainda mais repulsa contra os judeus por renegar os países onde eles nasceram e construíram suas vidas.

O apoio do imperialismo britânico foi crucial para o sionismo se fortalecer e se apresentar como uma alternativa diante do antijudaísmo e da lógica de assimilação. Mas que alternativa era essa? Criar um Estado judeu em algum lugar do mundo - e muitos debates foram feitos, considerando a Argentina e até mesmo Uganda. A decisão pela Palestina, contudo, proporcionava aos sionistas uma justificativa bíblica capaz de mobilizar os judeus à sua causa e atrair o apoio do Ocidente cristão. Ao mesmo tempo, era útil ao imperialismo na medida em que estabelecia, no Oriente Médio, um enclave de imigrantes europeus liderados por um projeto político colonial, reacionário e disposto a ser um aliado de primeira hora dos seus interesses.

Só havia um problema no meio do caminho: o povo palestino. Desde o início, todo o projeto colonial sionista estava baseado na ideia de que o povo palestino não existia e, teimando em existir, deveria ser desconsiderado de todas as decisões - se lutasse para ser ouvido e considerado, deveria ser simples-



mente combatido, exterminado e expulso de suas terras, como aconteceu e vem acontecendo até hoje.

Quando a barbárie nazista se realizou - da qual, inclusive, minha família foi uma das tantas vítimas -, já havia na Palestina décadas de migração sionista e o governo de um mandato britânico que permitiu a criação de todas as estruturas do futuro Estado de Israel, como a Agência Judaica, que organizava as migrações, e o Haganá, milícia que daria origem ao futuro exército. Assim, quando a ONU aprovou a partilha da Palestina em 1947, os palestinos foram oficialmente intimados, sem direito de opinar, a pagar pelo genocídio cometido pelos europeus contra os judeus.

Hoje, 76 anos após a criação de Israel, é possível demonstrar de forma inequívoca o papel que o regime sionista, aliado aos Estados Unidos, cumpre para a extrema direita mundial. A atual coalizão que governa Israel é a mais reacionária de sua história, com a volta de Benjamin Netanyahu ao poder, aliado com fanáticos religiosos, negacionistas da Nakba e defensores da extinção do povo palestino.

Não é à toa que o governo de Israel representa um exemplo para a extrema direita no mundo todo. Javier Milei, ao vencer na Argentina, visitou Israel e Estados Unidos antes mesmo de tomar posse. Bolsonaro se aproximou de Netanyahu e fortaleceu a simbiose que existe, no Brasil, entre a extrema direita, setores de massas das religiões evangélicas e o regime de Israel.

Assim, o governo de Israel aprofunda seus laços com governos de extrema direita que apoiam, inclusive, o antijudaísmo. Era o caso do próprio Bolsonaro, que chegou a ter membros de seu gabinete demitidos por afirmações nazistas. É o caso de Viktor Orbán, na Hungria, e de tantos outros. A extrema direita israelense não é nada tímida em sua aliança com antijudeus, desde que isso signifique um apoio estratégico a suas pretensões coloniais, ao regime de apartheid e à eliminação do povo palestino.



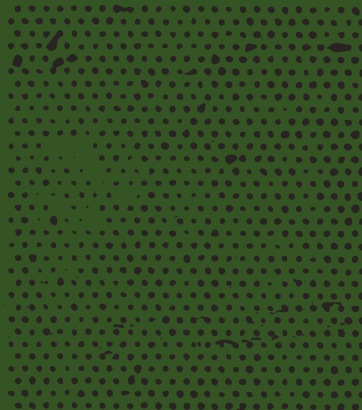
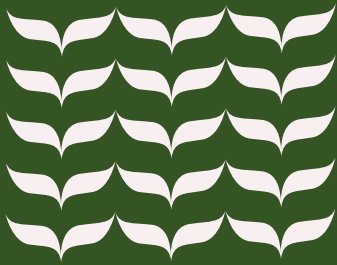
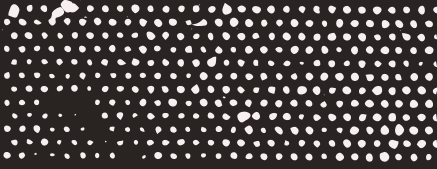
O desafio posto, portanto, para mudar essa complexa realidade é imenso. É dever de todos nós, militantes revolucionários e internacionalistas, cerrar fileiras em defesa do povo palestino, denunciar o apartheid, a limpeza étnica e o genocídio, apoiar o chamado por boicote econômico contra Israel - o que envolve, no Brasil, a luta pelo fim dos acordos militares com Israel e da exportação de petróleo ao regime sionista - e lutar, em nossos países, para que essa causa palestina ganhe cada vez mais visibilidade e adesão. Por isso, desde a Fundação Lauro Campos e Marielle Franco, idealizamos esta cartilha, com o apoio imprescindível da Fepal, e por isso faremos dela mais um meio de difundir o apoio à Palestina, combater a guerra midiática de desinformação contra os palestinos e (in)formar a população brasileira sobre sua luta por soberania e libertação. Como fundação partidária do PSOL, não abrimos mão de cumprir um papel ativo, internacionalista e presente na luta em defesa do povo palestino.



Luciana Genro

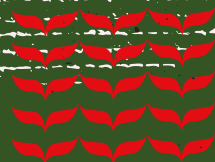
Presidente da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco e deputada estadual pelo PSOL no Rio Grande do Sul

Foto: Fernando Gomes/Agência ALRS



LINHA DO TEMPO:

OS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DA LUTA PALESTINA



1882: Migração sionista

Em 1882 ocorreu a primeira onda de migração sionista para a Palestina.

1896: O Estado Judeu

Theodor Herzl, jornalista austro-húngaro de família judaica e considerado o pai do nacionalismo judaico na Europa, lança sua obra “O Estado Judeu”, considerado o “manual” do sionismo, em que preconizava um estado-nação exclusivamente judeu, em algum lugar do mundo, da Argentina à Palestina.

1897: Institucionalização do sionismo

Movimento sionista se institucionalizou em 1897 e passou a reforçar a organização da migração em massa de colonos judeus para a Palestina, que era dominada pelo Império Otomano, após considerar fundar o Estado Judeu em outros territórios, como Argentina e Uganda.

1914: Início da I Guerra Mundial

Império Britânico convenceu os povos árabes a lutarem contra os otomanos, aliados da Alemanha, com a promessa de que depois teriam sua independência. Nesta época, dos 690 mil habitantes da Palestina, 535 mil eram muçulmanos, 85 mil eram judeus e 70 mil eram cristãos.



1916: Acordo Sykes-Picot

Acordo secreto firmado entre França e Inglaterra para dividir o Oriente Médio entre zonas de influência vinculadas às duas potências imperialistas, já prevendo o desenho geopolítico da região após a derrota do Império Otomano na I Guerra Mundial.

1917: Declaração de Balfour

Manifestação do governo britânico em apoio ao projeto sionista de estabelecer um lar para os judeus na Palestina. A Grã-Bretanha ocupa a Palestina e passa a governá-la por meio de uma gestão militar, até receber um Mandato da Liga das Nações.

1919: 1º Congresso Palestino

Sociedade civil palestina se posicionou neste ano contra a migração de judeus para a criação de um Estado próprio em seu território e decide se opor à vinda de novos migrantes, garantido os direitos dos judeus que já viviam na região.

1920: Conferência de San Remo

Imperialismos britânico e francês dividiram o Oriente Médio após a derrota dos otomanos na I Guerra Mundial: territórios do Líbano e Síria ficam com a França,

enquanto Iraque, Palestina e Transjordânia (hoje Jordânia), com os ingleses.

1920: Criação do Haganá

Haganá foi uma milícia criada pelos sionistas para atuar de forma paramilitar na Palestina durante o mandato britânico, realizando massacres contra os palestinos. Junto com outras organizações, deu origem ao Exército de Israel.

1922: Mandato Britânico na Palestina

Liga das Nações aprovou o Mandato Britânico da Palestina, que durou até 14 de maio de 1948.

1931: Criação do Irgun

Milícia sionista que realizava atentados terroristas. Seu líder, Menachem Begin, depois se tornou primeiro-ministro de Israel. Intelectuais judeus, como Albert Einstein e Hannah Arendt, publicaram carta aberta contra o Irgun no jornal The New York Times em 4 de dezembro de 1948.

1936: Revolta palestina

População palestina iniciou em 1936 mais uma revolta contra a presença colonial britânica e a migração judaica, com greves no comércio, nos serviços e nos transportes, que durou até o ano de 1939.

1946: Atentado ao Hotel King David

Milícia sionista Irgun realizou atentado terrorista com bombas no Hotel King David, em Jerusalém, em 22 de julho de 1946, provocando 91 mortes: 41 árabes, 28 britânicos, 17 judeus e 5 outros mortos.



1947: Anunciado fim do Mandato Britânico

Grã-Bretanha anunciou o fim do Mandato e transferiu a questão da Palestina para a ONU, que criou um comitê especial (UNSCOP), que viria a propor a partição do território.

1947: Plano de Partilha da Palestina

ONU aprovou, em 29 de novembro de 1947, a Resolução 181, com votos contrários dos países árabes e favoráveis dos EUA e URSS, que previa a divisão da Palestina em dois estados, com 56,5% do território para os judeus, 42,9% aos não-judeus (muçulmanos e cristãos), cuja população era três vezes maior. A resolução decidiu que Jerusalém (0,6% do território) seria uma cidade internacional administrada pela ONU, o que também nunca foi cumprido por Israel.

1947/1948: Nakba, a catástrofe

Em 18 de dezembro de 1947 começou a limpeza étnica da Palestina. Até 14 de maio de 1948, quando os sionistas se autoproclamaram Estado e se autodenominaram Israel, já havia 250 mil palestinos expulsos. Já com um Estado e com as milícias unificadas em forma de exército, Israel seguiu a limpeza étnica e a tomada de território. Isso levou à intervenção de alguns países árabes. Este processo é conhecido como “Nakba” pelos palestinos, palavra árabe que significa catástrofe, pela expulsão de pelo menos 750 mil palestinos de suas terras, morte de 15 mil em 70 massacres, e destruição de 531 cidades, vilas e povoados para dar lugar ao Estado de Israel. Dos 78% do território tomado à força, que se tornou Israel, 88% da população palestina originária foi expulsa ou morta.

1948: Direito de retorno dos palestinos

Em 11 dezembro de 1948, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Resolução 194, que reconheceu a limpeza étnica e estabeleceu o direito de retorno dos refugiados palestinos como princípio fundamental para a resolução da Questão Palestina.

1949: Admissão de Israel na ONU

Em 11 de maio de 1949, finalmente a ONU admite Israel como estado-membro, mas com suas cláusulas condicionantes, de implementação das resoluções 181 (restituição dos territórios tomados) e 194 (restauração da demografia original por meio do retorno dos refugiados). As cláusulas não foram cumpridas, levantando questionamentos sobre a legalidade de Israel na ONU.

1959: Criação do Al Fatah

Criação do partido político palestino Al Fatah, liderado por Yasser Arafat, que viria a comandar a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e, conseqüentemente, a Autoridade Nacional Palestina (ANP) - criada após os Acordos de Oslo.

1964: Criação da OLP

Os partidos e grupos que lutavam pela causa Palestina se unificaram em torno da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que em seguida (1969) seria liderada pelo Fatah e por Arafat.

1967: Guerra dos Seis Dias

Em junho de 1967 Israel atacou o Egito, Síria e Jordânia e triplicou seu território ao conquistar a Península do Sinai, as Colinas de Golã, Gaza e a Cisjordânia, além de controlar Jerusalém Oriental, de maioria palestina.

1973: Guerra do Yom Kippur

Em novembro de 1973, Egito e Síria atacaram Israel durante o feriado judaico de Yom Kippur. Israel ocupa parte do Egito e mantém o controle das Colinas de Golã.

1974: Reconhecimento da OLP

ONU aprovou as Resoluções 3210 e 3236, que reconhecem a OLP como representante do povo palestino. Liga Árabe declarou que a OLP era a única representante legítima do povo palestino.

1974: Direito à autodeterminação

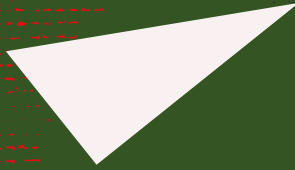
Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 338, que reafirma os direitos dos palestinos à autodeterminação e à independência nacional.

1975: Sionismo é racismo

Assembleia Geral da ONU aprovou a resolução 3379, que considerou o sionismo como uma forma de racismo comparável ao apartheid sul-africano e ao colonialismo português. Em 1991 a resolução foi derrubada por pressão do lobby israelense.

1978: Acordos de Camp David

Em setembro de 1978, Egito e Israel assinaram acordo de paz mediado pelos Estados Unidos, estabelecendo o mútuo reconhecimento entre os países, o fim do estado de guerra, a retirada de Israel da Península do Sinai e a livre passagem de Israel pelo Canal de Suez.



1982: Massacre de Sabra e Chatila

Israel invadiu o Sul do Líbano para atacar a OLP e assumiu o controle de parte da capital Beirute, permitindo, entre 16 e 18 de setembro, o massacre de palestinos por milicianos cristãos libaneses nos campos de refugiados de Sabra e Chatila. Cerca de 2 mil civis palestinos, a maioria mulheres e crianças, foram mortos.

1987: Primeira Intifada

Em dezembro de 1987 teve início a primeira Intifada, palavra árabe que significa levante. O conflito se espalhou pela Cisjordânia, por Gaza e em Israel, e durou até 1993, deixando 1.962 palestinos mortos e 277 israelenses.

1988: Criação do Hamas

Criação do Hamas, apoiado pela Irmandade Muçulmana, do Egito.

1993: Acordos de Oslo

Israel e a OLP assinaram acordo mediado pelos Estados Unidos que criou a Autoridade Nacional Palestina (ANP), que seria o autogoverno dos palestinos. A Cisjordânia foi dividida em três áreas. A OLP reconheceu o Estado de Israel, mas Israel não reconheceu o Estado da Palestina, limitando-se a reconhecer a OLP como legítima representante do povo palestino.





1995: Assassinato de Rabin

O primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin, foi assassinado em novembro de 1995 por um militante israelense de extrema direita contrário aos Acordos de Oslo, que Rabin assinou com Yasser Arafat.

2000: Segunda Intifada

Em setembro de 2000 teve início a segunda Intifada. A revolta durou até o ano de 2005, deixando mais de 3 mil palestinos mortos e cerca de 900 israelenses.

2004: Muro do Apartheid

A Corte Internacional de Justiça (CIJ) declarou no dia 9 de julho de 2004 que o Muro do Apartheid construído por Israel na Cisjordânia viola as leis internacionais e solicitou à ONU medidas para interromper a construção. O muro começou a ser erguido em 2002 e até hoje está sendo ampliado, tendo 760 km de extensão e chegando a 8 metros de altura, cortando povoados, cidades e propriedades agrícolas dos palestinos.

2004: Morte de Arafat

O líder palestino Yasser Arafat morreu em 11 de novembro de 2004, aos 75 anos de idade, sendo substituído por Mahmoud Abbas, também do Fatah, como presidente da Autoridade Nacional Palestina, na eleição de 2005. Há suspeita de que Arafat tenha sido envenenado com material radioativo.

2005: Israel sai de Gaza

Israel deixou a Faixa de Gaza após 40 anos de ocupação, retirando suas tropas e os 8 mil colonos judeus que foram instalados na região.

2005: Movimento BDS

Representantes de mais de 170 organizações da sociedade civil palestina criaram o movimento por Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) contra Israel.

2006: Hamas vence as eleições

Em janeiro de 2006, o Hamas venceu as eleições para o Conselho Legislativo da Palestina - órgão Legislativo da ANP -, obtendo a maioria das cadeiras parlamentares, o que lhe daria o direito de formar um governo em toda a Palestina. A vitória não foi aceita por Israel, EUA e pela União Europeia. Diante das pressões, o Conselho Legislativo da Palestina foi dissolvido e, após quase um ano de conflitos internos, o Hamas expulsou o Fatah de Gaza e assumiu o governo da região, deixando a Cisjordânia sob comando da ANP.

2007: Governo de União Nacional

Em março de 2007, com mediação da Arábia Saudita, Fatah e Hamas acordam e formam um governo de união nacional, mantendo como primeiro-ministro e chefe de governo Ismail Hanyie. Foi uma tentativa de obter um governo reconhecido pelo Ocidente sem desprezitar os resultados eleitorais do ano anterior.

2007: Divisão palestina e bloqueio a Gaza

Em junho de 2007 o presidente Abbas dissolve o governo de unidade nacional em reação aos confrontos violentos entre Hamas e Fatah em Gaza, com até 20 mortos, a maioria do Fatah. Hamas assume o poder em Gaza. Aproveitando-se na divisão palestina, Israel deu início ao bloqueio da Faixa de Gaza por terra, água

e ar, que se mantém até hoje, transformando o território na maior prisão a céu aberto do mundo.

2008: Operação Chumbo Fundido

Em dezembro de 2008, Israel lançou um ataque de três semanas a Gaza. Mais de 1.100 palestinos e 13 israelenses foram mortos.

2009: Crimes de guerra

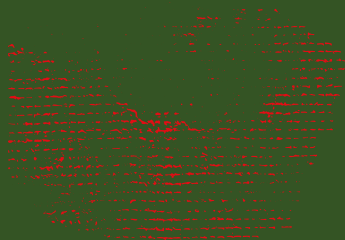
Em setembro de 2009, o Conselho de Direitos Humanos da ONU apresentou relatório de 575 páginas afirmando que Israel transgrediu o Direito Internacional e cometeu crimes de guerra e crimes contra a humanidade na Faixa de Gaza.

2010: Brasil reconhece o Estado Palestino

Em dezembro de 2010 o Brasil passou a reconhecer o Estado Palestino nas fronteiras anteriores à Guerra dos Seis Dias. Todos os países sul-americanos, exceto a Colômbia, seguiram o mesmo posicionamento.

2012: Operação Pilar de Defesa

Em novembro de 2012 Israel atacou Gaza e anunciou a morte de uma liderança do Hamas, o dirigente militar Ahmad Jabari. Pelo menos 174 palestinos e 6 israelenses morreram. A ONG Human Rights Watch disse que Israel cometeu crimes de guerra na operação, matando civis inocentes.



2014: Operação Margem Protetora

Israel realizou nova operação contra Gaza, alegando resposta ao sequestro de três adolescentes pelo Hamas. O ataque durou sete semanas, resultando em 2.200 palestinos mortos e 73 israelenses.

2016: ONU declarou assentamentos ilegais

Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 2334, que declara os assentamentos judaicos no território palestino ocupado desde 1967 sem validade legal e “flagrante violação do Direito internacional”.

2017: Agência da ONU reconhece apartheid

Em 15 de março de 2017, a Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental da ONU publicou um relatório acusando Israel de impor um regime de apartheid e de discriminação racial contra a população palestina.

2018: Novo ataque a Gaza

Em março de 2018 milhares de palestinos protestaram na Marcha do Retorno, realizada próxima à cerca em torno de Gaza. A repressão israelense resultou na morte de 170 palestinos ao longo de vários meses de manifestações.

2021: ONG Israelense reconhece apartheid

Em 12 de janeiro de 2021 a ONG israelense de direitos humanos B’Tselem, mais antiga e importante organização do tema no país, publicou documento acusando Israel de adotar um regime de apartheid e detalhando leis e políticas que visam promover a supremacia judaica sobre os palestinos.





2021: Human Rights Watch denuncia apartheid

A ONG Human Rights Watch publicou, no dia 27 de abril de 2021, um relatório em que acusa Israel de adotar um sistema de apartheid e de perseguição de palestinos, tanto no território israelense como nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO).

2022: Anistia Internacional reconhece apartheid

Em 1 de fevereiro de 2022, a ONG Anistia Internacional publicou um relatório de 211 páginas em que acusa Israel de submeter o povo palestino a um sistema de apartheid com políticas de segregação, expropriação e exclusão que equivalem a crimes contra a humanidade.

2022: Operação Quebra Ondas

Israel lançou a Operação Quebra Ondas, na Cisjordânia, resultando na morte de 146 palestinos e 29 israelenses.

2022: Nova eleição de Netanyahu

Em dezembro de 2022 teve início o sexto mandato de Netanyahu como primeiro-ministro de Israel, desta vez com a coligação mais extremista e abertamente racista da história, reunindo um bloco de partidos e políticos de extrema direita no poder.

2023: Novo ataque a Gaza

Em maio de 2023 Israel lançou ataques aéreos contra a Faixa de Gaza, matando 13 palestinos, incluindo 4 mulheres e 4 crianças.

2023: Novos assentamentos aprovados

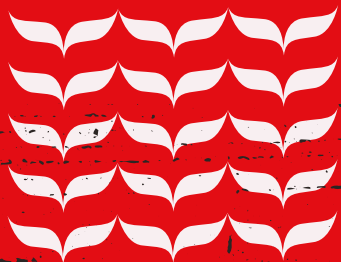
Em junho de 2023 o governo Netanyahu aprovou a construção de 5,7 mil novas residências em colônias judaicas na Cisjordânia ocupada. Ao todo, desde 1967, Israel estabeleceu cerca de 140 assentamentos em terras palestinas, onde vivem atualmente mais de 700 mil colonos.

2023: Invasão de Jenin

Em julho de 2023, Israel invadiu a cidade palestina de Jenin com 1 mil soldados, apoiados por drones, em um ataque contra este campo de refugiados.

2023: Ataque do Hamas e novo massacre a Gaza

Em 7 outubro de 2023 o Hamas lançou um ataque surpresa a Israel, com 1.200 vítimas israelenses. Israel respondeu com uma operação de guerra que, mais de um ano depois, em fins de novembro de 2024, já matou 55.031 palestinos, considerando os 10 mil desaparecidos sob escombros, o que representa 2,47% população de Gaza. Já foram assassinadas 17.659 crianças, sendo 17.492 em Gaza e 167 na Cisjordânia, e 4 mil ainda estão desaparecidas sob escombros. Quase 13 mil mulheres foram mortas e 700 ainda estão desaparecidas. Já foram 1.054 profissionais de saúde assassinados, entre médicos, enfermeiros, técnicos e demais categorias, e outros 1.300 foram feridos, quase todos com gravidade e/ou mutilados. O número de jornalistas mortos por Israel chega a 188 e 203 funcionários da ONU também foram assassinados. Os números são do Escritório Central de Estatísticas Palestino, que utiliza como fonte o Ministério da Saúde da Palestina, e da ONU, de seu Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários.



CONHECENDO A PALESTINA: DADOS SOBRE O APARTHEID E A LUTA POR LIBERTAÇÃO

A PERSEGUIÇÃO AOS JUDEUS, O NASCIMENTO DE ISRAEL E A DIÁSPORA PALESTINA

O projeto sionista de criar um Estado judeu na Palestina, onde já viviam os palestinos, ganha força no final do século XIX com a intensificação da perseguição contra os judeus na Europa, sobretudo na Europa Oriental, onde estava concentrada a maior parte desta população.

O ódio contra os judeus tem uma longa história na sociedade europeia. Pogroms e expulsões marcaram a história de quase todos os países da Europa na Idade Média e até mesmo na era moderna. Em muitos países, os judeus eram proibidos de possuir terras, de praticar certas profissões e de viver onde bem quisessem. Em várias épocas, em diversas cidades da Europa, os judeus foram obrigados a residir em guetos e a usar uma marca especial de identificação em suas roupas – em Roma, no século XIII, era uma insígnia amarela.

Na Alemanha de Hitler, a perseguição e o extermínio dos judeus chegou ao seu auge, somando-se também à perseguição aos comunistas - a começar por Karl Marx, entre tantos líderes das lutas revolucionárias ocorridas entre 1919 a 1923,

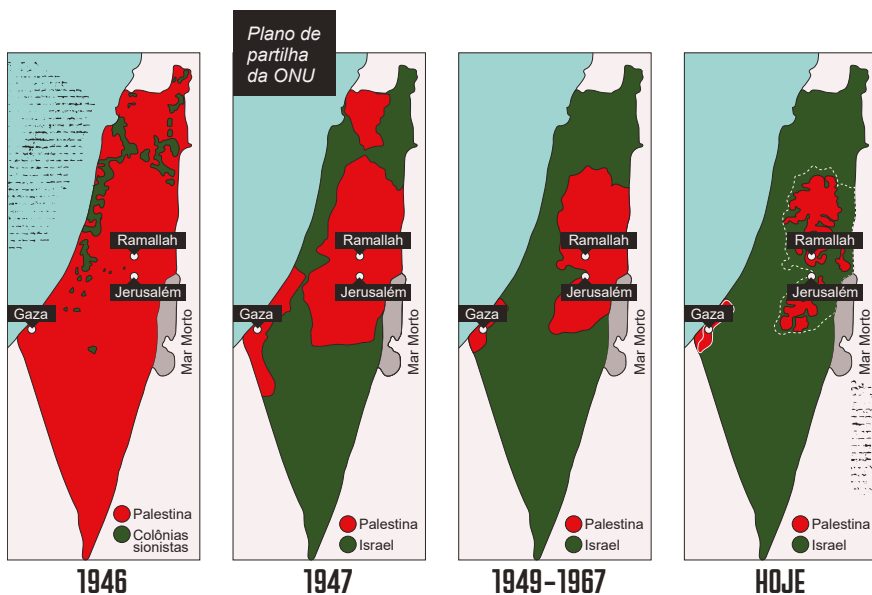
como Rosa Luxemburgo. Muitos judeus alemães eram comunistas e essa era também uma “acusação”. Os dois principais centros de documentação do Holocausto, o Yad Vashem, em Jerusalém, e o Museu do Holocausto, em Washington, utilizam o número de seis milhões de judeus mortos neste período. A maioria das vítimas do genocídio nazista foi assassinada logo após desembarcar de um vagão em câmaras de gás em locais que ressoam na memória, como Auschwitz, mas também em outros dos quais restam apenas destroços, como Treblinka, Belzec e Sobibor.

Com o fim de II Guerra Mundial e a derrota de Hitler, os horrores cometidos contra o povo judeu na Alemanha vieram à tona com muita força, o que acabou fortalecendo o movimento sionista, que já vinha reivindicando “um lar para o povo judeu”. Embora esta reivindicação não fosse uma unanimidade entre os judeus - muitos queriam ser aceitos e respeitados nos países em que viviam e entendiam-se como cidadãos de cada um deles -, sob o impacto do holocausto a ONU aprova, em 1947, a partilha da Palestina em dois estados, sem nunca ter consultado a população nativa daquele território, ou seja, os palestinos. Este foi um dos princípios da tragédia que vive o povo Palestino nos dias atuais. Uma terra que já tinha dono foi arrancada do seu povo para compensar a perseguição e a injustiça contra os judeus. O sionismo, com seus preceitos racistas, ganhou terreno e apoio das potências imperialistas, principalmente dos Estados Unidos. Assim, o Ocidente buscava “resolver” um problema que ele próprio criara (a perseguição aos judeus) às custas do mundo árabe e do povo palestino.

Entre dezembro de 1947 e 1951, as milícias sionistas – e a partir de 15 de maio de 1948, já um exército unificado e estatal – invadiram 771 localidade, das quais destruíram 531, e tomaram pela força e pelo terror 78% do território da Pales-



tina histórica, do qual expulsaram ou mataram mais de 750 mil palestinos, 88% da população originária da parte tomada. Os 22% restantes foram divididos entre a Faixa de Gaza e a Cisjordânia. Esse episódio é conhecido até hoje como Nakba, a catástrofe.



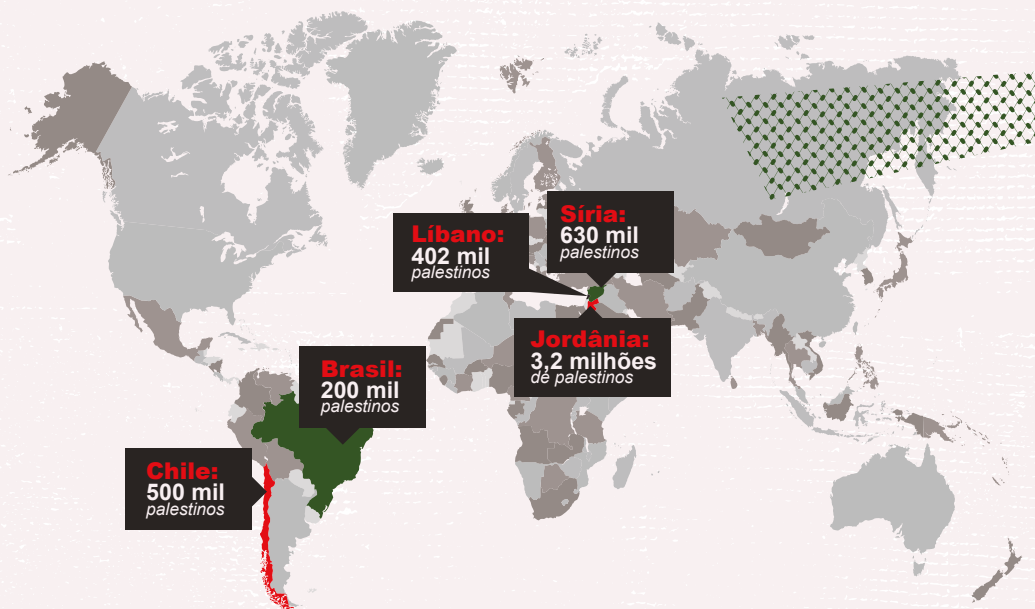
Atualmente, existem estimados 14 milhões de palestinos no mundo, dos quais 5,5 milhões vivem na Palestina - 3,3 milhões (23% dos quais são refugiados) na Cisjordânia ocupada e 2,2 milhões (dos quais quase 70% são refugiados) em Gaza sitiada. E 1,9 milhões de palestinos vivem até hoje nos territórios palestinos de 1948, onde se instalou o que passou a ser o Estado de Israel.

A maioria da população palestina vive fora da Palestina. São 7 milhões na diáspora - ou seja, fora dos territórios palestinos. É uma das maiores diásporas do mundo, semelhante à da Síria e superada apenas pela da Ucrânia, que soma 7,7

milhões de cidadãos fora de seu país.

São 3,2 milhões de palestinos na Jordânia, 630 mil na Síria e 402 mil no Líbano. Fora do Oriente Médio, o país com a maior população palestina é o Chile, com 500 mil. O Brasil possui ao menos 200 mil palestinos e descendentes, de acordo com estudo publicado no livro “Presença Árabe no Brasil”, trabalho encomendado pela Câmara de Comércio Árabe-Brasileira.

Diáspora



Os refugiados palestinos formam uma grande parte da diáspora. São 6,2 milhões de palestinos vivendo em 58 campos de refugiados dentro dos próprios territórios palestinos e em países vizinhos, como Jordânia, Síria e Líbano, muitas vezes em condições degradantes.

O caso dos refugiados palestinos é a mais duradoura e não resolvida situação envolvendo refugiados no mundo inteiro.



A DIVISÃO DA CISJORDÂNIA OCUPADA

A Cisjordânia ocupada foi dividida, nos Acordos de Oslo assinados entre a OLP e Israel, em três áreas:

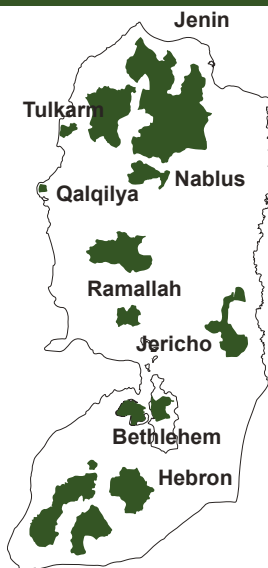
Área A: 18% do território, sob controle civil e de segurança da Autoridade Nacional Palestina. É onde estão as maiores cidades, como Ramallah, Belém e Hebron.

Área B: 22% do território, sob controle civil palestino e militar de Israel.

Área C: 60% do território sob controle total de Israel, onde vivem os mais de 719 mil colonos israelenses, que são comunidades ilegais de acordo com a ONU e com a Quarta Convenção de Genebra, de 1949, que proíbe que países transfiram seus cidadãos para territórios que ocuparam após conflitos.

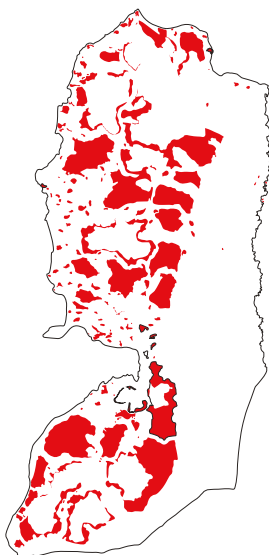
A divisão da Cisjordânia ocupada

Área A - 18%



Sob controle palestino

Área B - 22%



Sob controle civil palestino e militar de Israel

Área C - 60%



Sob controle total de Israel

OS POSTOS DE CONTROLE DO APARTEID

A Cisjordânia ocupada possui cerca de **700 bloqueios** em rodovias feitos por Israel, além de 140 postos de controle, os chamados checkpoints.

Estes checkpoints limitam e dificultam o direito de ir e vir dos palestinos dentro de seus próprios territórios. Cerca de **70 mil palestinos** que vivem na Cisjordânia mas possuem permissão de trabalhar em Israel precisam cruzar os postos de controle todos os dias para ir ao trabalho. Como eles estão em território palestino ocupado, o restante da população também tem sua vida dificultada pelos checkpoints.

CC BY 3.0 -<<https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/>>
via Wikimedia Commons



Foto: Sete Ruíz / Wikimedia Commons



MURO DO APARTHEID

Desde 2002, Israel vem construindo uma enorme muralha na Cisjordânia ocupada. Já são mais de 700 km de extensão, com até 8 metros de altura, picotando o território palestino, desrespeitando até mesmo as fronteiras de 1967 - delineadas por Israel quando ocupou o território após a Guerra dos Seis Dias - e cortando ao meio cidades, vilarejos, escolas e propriedades rurais dos palestinos.

Em 9 de julho de 2004, a Corte Internacional de Justiça declarou que o chamado Muro do Apartheid viola as leis internacionais e solicitou à ONU medidas para interromper a construção.

CC BY-SA 3.0 <<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/>>, via Wikimedia Commons



Foto: Dick Elbers / Wikimedia Commons

A SITUAÇÃO DE JERUSALÉM

Pela resolução 181 da ONU, Jerusalém deveria ser uma cidade internacional, administrada pelas Nações Unidas. Isso nunca foi cumprido por Israel.

Desde 1948, Israel assumiu o controle de Jerusalém Ocidental. Já a região de Jerusalém Oriental, de maioria palestina, foi ocupada por Israel em 1967 e desde 2001 também passou a contar com a barreira física do Muro do Apartheid.

Em Jerusalém Ocidental vivem 349,7 mil israelenses e 4,5 mil palestinos. Enquanto em Jerusalém Oriental e sua região vivem 450 mil palestinos e 330 mil colonos israelenses.

É em Jerusalém Oriental que estão os principais locais sagrados para judeus, cristãos e muçulmanos: o Muro das Lamentações, a Igreja do Santo Sepulcro e o complexo da Mesquita de Al-Aqsa.

Tanto Israel quanto Palestina reivindicam Jerusalém como sua capital. Oficialmente, a maioria da comunidade internacional, contudo, reconhece Tel Aviv como capital de Israel e Ramallah como sede administrativa do governo palestino.

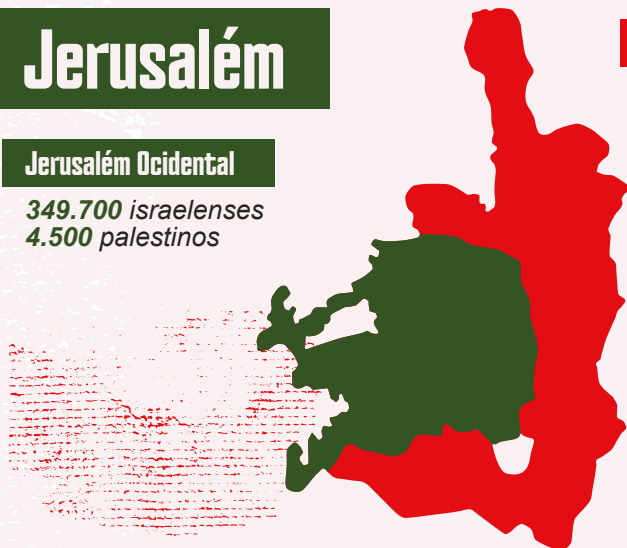
Jerusalém

Jerusalém Ocidental

349.700 israelenses
4.500 palestinos

Jerusalém Oriental

450 mil palestinos
330 mil colonos israelenses



GAZA: A MAIOR PRISÃO A CÉU ABERTO DO MUNDO

O bloqueio total a Gaza foi alegadamente uma resposta de Israel à ascensão do Hamas ao poder no território e seus efeitos são sentidos por toda a população. Nesta que é a maior prisão a céu aberto do mundo, vivem 2,2 milhões de palestinos em uma área de 365 km².

Israel controlou Gaza durante 38 anos, onde construiu 21 assentamentos judaicos. Em 2005, os 9 mil colonos foram retirados, mas os assentamentos ilegais ao redor de Gaza foram mantidos.

Os efeitos do bloqueio israelense a Gaza são sentidos por toda a população. A taxa de desemprego em Gaza é de 82% e 50% da população depende de doações de comida para poder se alimentar.

Quase metade da população de Gaza tem 14 anos ou menos, com uma média de idade de 17 anos. E 70% são refugiados, cujas famílias foram expulsas de suas casas em 1948, quando Israel passa a existir.

São 56% vivendo na extrema pobreza em Gaza. Em 2020, Israel proibiu o embarque de combustível, provocando o fechamento da única usina de Gaza e deixando a região com apenas quatro horas de eletricidade por dia.

A maior parte (96%) da água de Gaza é imprópria para o consumo. De acordo com a ONU, 40% da população recebe apenas de 3 a 5 horas de abastecimento de água a cada 5 dias. Os palestinos denunciam que seus aquíferos foram contaminados por produtos químicos de fertilizantes vindos de colônias israelenses. Com isso, 90% dos habitantes de Gaza precisam comprar água dessalinizada.

A estrutura de saneamento é muito precária e o esgoto flui

direto para o mar, sem tratamento. Estima-se que 73% da costa de Gaza esteja contaminada. O bloqueio marítimo a Gaza prejudica mais de 35 mil palestinos que dependem da indústria pesqueira para sobreviver, segundo relatório da ONU.

O bloqueio a Gaza é um crime de punição coletiva, ou seja, um crime de guerra de acordo com a Quarta Convenção de Genebra. Quem aponta isso são organismos internacionais de direitos humanos, como agências da ONU e a ONG Anistia Internacional.

Mapa de Gaza



Fontes: Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) / B'Tselem / Al Jazeera / Instituto de Pesquisas Políticas de Jerusalém / Escritório Palestino de Estatísticas / Ministério da Saúde de Gaza e de Ramallah / Livro: A presença árabe no Brasil, de Walid Yazigi

DERRUBANDO OS MITOS SOBRE ISRAEL

Utilizando como base o livro do historiador judeu e israelense Ilan Pappé, “Dez Mitos Sobre Israel”, dedicamos este trecho a desmentir os mitos sobre Israel - e eles são muitos. Ilan Pappé é fundador e diretor do Centro Europeu de Estudos Palestinos da Universidade de Exeter, na Grã-Bretanha, e tem mais de 51 livros publicados sobre a questão palestina. Para este material, também foi utilizado o texto “Palestina: História de uma colonização”, de Gabriel Zadunaisky e Roberto Fanjul, publicado no site da Revista Movimento.

SIONISMO É UM MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL?

Afinal, o que é o sionismo? Muita gente provavelmente nunca tinha ouvido essa palavra antes de ter início o mais recente conflito na região, em 7 de outubro. O sionismo se vende como um movimento de libertação nacional do povo judeu, mas na verdade é um projeto racista e colonialista, que surgiu com o objetivo de criar um Estado Judeu na Palestina, que já era habitada pelo povo palestino.

A própria ONU já aprovou uma resolução considerando o sionismo uma forma de racismo. A ideologia sionista se institucionalizou em 1897, quando realizou seu primeiro congresso, e a partir daí passou a organizar e financiar a migração em massa de colonos judeus - cada vez mais perseguidos



Primeiro Congresso Sionista, realizado em 1897, na Suíça.

na Europa - para a Palestina. O apoio do Império Britânico foi fundamental neste processo, garantindo que o colonialismo sionista se fortalecesse em uma Palestina dominada pela Grã-Bretanha após a derrota do Império Otomano na I Guerra Mundial.

Mas por que o sionismo é uma ideologia racista? Porque defende a supremacia judaica e a ideia de que são os judeus estrangeiros da Europa - e não os árabes nativos da Palestina - quem têm o direito de constituir um Estado nos territórios palestinos. Theodor Herzl é um dos fundadores do sionismo enquanto movimento político na Europa. Em seus diários, ele expressou a necessidade de promover uma limpeza étnica na Palestina para criar o Estado de Israel:

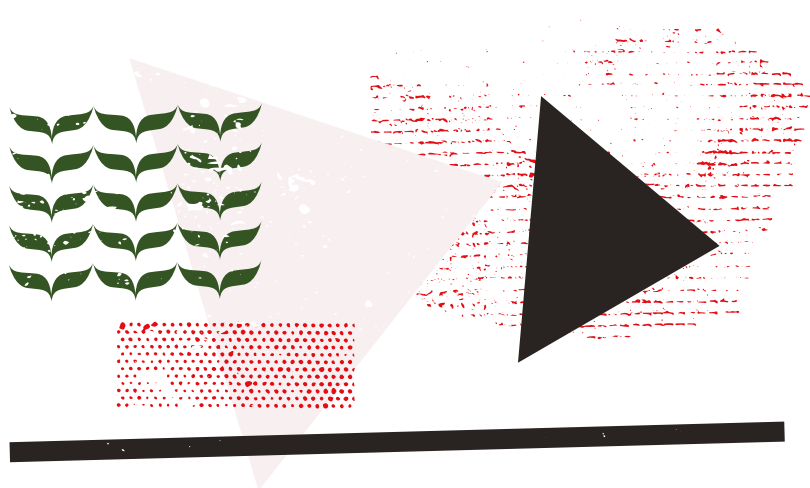
“Quando ocuparmos a terra expropriaremos gradualmente a propriedade privada nos estados que nos foram designados. Tentaremos desencorajar a população pobre removendo-



do-a para além da fronteira, procurando emprego para ela nos países intermediários e negando-lhe qualquer emprego em nosso país. Tanto o processo de expropriação quanto o de eliminação dos pobres devem ser realizados com discrição e circunspeção.” Trecho retirado do livro “Os diários completos de Theodor Herzl”, Vol. I, p. 88.

Ilan Pappé relata que David Ben-Gurion, líder da comunidade judaica durante o período do Mandato Britânico e, depois, primeiro primeiro-ministro de Israel, descreveu os trabalhadores e fazendeiros palestinos como “beit mihush”, ou “um viveiro infestado de dor”. Ainda segundo Pappé, Ben-Gurion, que até hoje dá nome ao principal aeroporto de Israel, “referia-se constantemente ao trabalho árabe como uma doença que só poderia ser curada pelo trabalho judeu”.

O caráter racista do sionismo ainda é confirmado por Pappé ao observar as correspondências por cartas de Ben-Gurion e outros colonos, onde “trabalhadores hebreus são caracterizados como o sangue saudável que imunizaria a nação contra a morte e a podridão”.



SIONISMO É IGUAL A JUDAÍSMO?



Foto: Alisdare Hickson/Flickr

Há judeus que não apoiam o sionismo, inclusive ultraortodoxos, que comparecem a manifestações em apoio à Palestina.

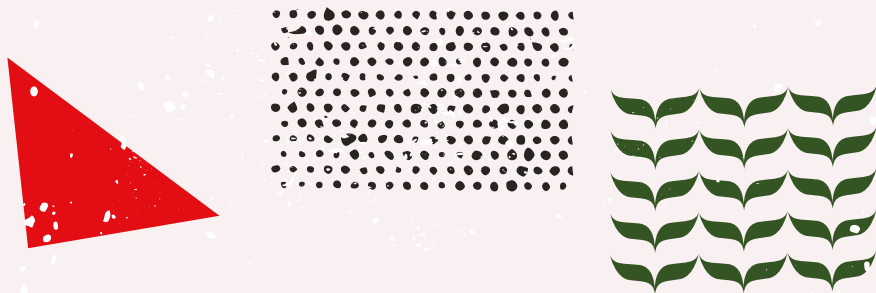
O sionismo foi muito eficiente ao colocar em seu projeto colonialista e racista a marca de ser um representante de toda a religião judaica e o povo judeu. Ao se anunciar, para amplas massas, como sinônimo de judaísmo, o sionismo refuta qualquer crítica a seu movimento como se fosse antijudaísmo - que não é verdade!

A verdade é que o sionismo manipulou o judaísmo a serviço de seu projeto colonial. Ilan Pappé, historiador judeu e israelense, explica que o sionismo se chocou frontalmente contra rabinos e lideranças da religião judaica. Na segunda metade do século XIX, conta Pappé, surgiu um movimento chamado Reforma, que buscava adaptar a religião judaica à vida moderna, especialmente na Alemanha e nos Estados. Tal movimento rejeitou “publicamente a ideia de uma nação judaica”, explica Pappé.

O historiador comenta que “um dos primeiros atos dos reformistas alemães foi remover de seus rituais de reza quaisquer referências a um retorno a ‘Eretz Israel’ ou à reconstrução de um Estado”. De forma semelhante, nos Estados Unidos, em 1869, os reformistas “alegaram em uma de suas primeiras convenções que: o objetivo messiânico de Israel (ou seja, do povo judeu) não é a restauração de um Estado judeu sob governo de um descendente de Davi, implicando uma segunda separação das nações da Terra, mas a união dos filhos de Deus na profissão de fé da unidade de Deus, de modo a concretizar a unidade de todas as criaturas racionais e seu chamado à santificação moral”.

De forma ainda mais enfática, outra conferência do movimento reformista da religião judaica declarou, em 1885: “Não nos consideramos mais uma nação, mas uma comunidade religiosa, e, portanto, não esperamos nem um retorno à Palestina, nem uma devoção sacrificial sob os filhos de Abraão, nem a restauração de qualquer lei referente ao Estado judeu”.

Outra prova de que o sionismo não é sinônimo de judaísmo é que até hoje comunidades de judeus ultraortodoxos rejeitam o movimento sionista - sendo comum, inclusive, ver seus representantes em protestos a favor do povo palestino. Ilan Pappé explica que o motivo para essa rejeição é religioso:



“Quando o sionismo apareceu pela primeira vez na Europa, muitos rabinos tradicionais chegaram a proibir seus seguidores de se envolverem do modo que fosse com os ativistas sionistas. Eles consideravam que o sionismo interferia na vontade de Deus de manter os judeus exilados até a vinda do Messias, e rechaçavam totalmente a ideia de que os judeus deveriam fazer tudo o que pudessem para dar fim ao ‘Exílio’. Ao invés disso, precisavam esperar Deus se manifestar sobre o assunto e, no meio tempo, praticar o modo de vida tradicional. Embora fosse permitido aos indivíduos estudar na Palestina e visitá-la em peregrinação, isso não devia ser interpretado como autorização para um movimento de massas.”

Ao comentar sobre o Sionismo Religioso - ou seja, o setor da religião judaica que abraçou e promoveu o projeto racista e colonial -, Ilan Pappé diz que: “Esses rabinos não apenas conclamaram os judeus a deixar a Europa, mas também afirmaram que, para os judeus, colonizar a Palestina cultivando suas terras era não só uma obrigação nacionalista, mas também religiosa (não é de surpreender que os nativos da terra não figurem em seus escritos). Eles alegavam que esse ato não interferiria na vontade de Deus; pelo contrário, seria a realização das profecias dos profetas e promoveria a plena redenção do povo judeu e a vinda do Messias”.

O historiador demonstra como o sionismo instrumentalizou o uso da Bíblia em defesa de suas aspirações coloniais. Enquanto os rabinos, antes da emergência do sionismo, tratavam a história política contida na Bíblia como “tópicos marginais no seu mundo espiritual de aprendizado”, o sionismo utilizava a Bíblia como “a história de uma nação judaica nascida na terra da Palestina, oprimida e exilada no Egito a mando do regime canaanita e que, mais tarde, retornou à sua terra para libertá-la sob a liderança de Josué”.



A ideia de que os judeus seriam o povo escolhido de Deus para habitar a terra santa é utilizada até hoje por Israel como justificativa para colonizar a Palestina e cometer crimes de guerra, de apartheid e de limpeza étnica contra seu povo. Como um efeito colateral extremamente positivo para Israel, a instrumentalização da religião e da Bíblia ainda garante o apoio de amplas massas evangélicas ao projeto sionista colonial e racista, na medida em que sustenta que o retorno dos judeus à terra santa seria o prenúncio do retorno do Messias e da ressurreição dos mortos.

Ilan Pappé denuncia esta lógica de forma certa em seu livro “Dez mitos sobre Israel”:

“(A Bíblia) desempenhou um papel importante para a narrativa israelense dominante - tanto para propósitos domésticos como externos -, segundo a qual Israel era a mesma terra prometida a Abraão por Deus na Bíblia. De acordo com essa narrativa, ‘Israel’ existiu até o ano 70, quando os romanos a demoliram e exilaram sua população. (...) Após o ano 70, segundo a narrativa, a terra palestina ficou mais ou menos vazia até o retorno sionista. No entanto, sionistas proeminentes sabiam que não bastaria apelar à autoridade bíblica. Colonizar as terras já habitadas da Palestina exigiria uma política sistemática de assentamento, expropriação e até mesmo de limpeza étnica. Nesse sentido, retratar a expropriação da Palestina como cumprimento de um esquema divino cristão foi um recurso inestimável para galvanizar o apoio cristão global ao sionismo.”

Por fim, o historiador reforça que o argumento religioso é utilizado até hoje para “evocar e asseverar um direito moral ancestral sobre a Palestina”. O argumento bíblico é levado tão a sério em Israel que é utilizado até mesmo como base educacional nas escolas. Pappé observa que os livros didá-

ticos em Israel sustentam até hoje a tese de que o direito dos israelenses sobre a Palestina é uma promessa bíblica. Tanto que, em 2014, o Ministério da Educação de Israel enviou uma carta a todas as escolas dizendo que “a Bíblia fornece a infraestrutura cultural do Estado de Israel, nela se ancora o nosso direito à terra”.



Arte sobre imagem de Ahmed Abu Hameeda e de Nour Tayeh, via Unsplash

UMA TERRA SEM POVO A UM POVO SEM TERRA?

Um dos lemas do movimento sionista era a frase: “Uma terra sem povo para um povo sem terra”. Assim, buscavam, de forma mentirosa, transmitir a ideia de que a Palestina era uma região desabitada. Essa era a mensagem que os líderes sionistas passavam aos colonos, tanto é que muitos ficavam chocados ao chegar na Palestina e verificar que nela estavam os palestinos. Ilan Pappé resgata as correspondências dos primeiros colonos sionistas para verificar que:



“Eles ficaram surpresos meramente por encontrar gente na Palestina, uma terra que esperavam estar vazia, conforme lhes haviam dito. ‘Senti repulsa ao descobrir que em Hadera (colônia sionista pioneira construída em 1882) parte das casas era ocupada por árabes’, observou um colono, enquanto outro escreveu para a Polônia dizendo que ficou chocado ao ver muitos homens, mulheres e crianças árabes atravessando Rishon LiZion (outra colônia de 1882)”.

Não só a Palestina já era habitada, como sua demografia sempre demonstrou que, naquela região, os árabes eram a imensa maioria da população. O historiador israelense e judeu Ilan Pappé resgata registros do Império Otomano, segundo o qual, em 1878, na Palestina habitavam 462.465 pessoas, das quais 403.795 (83%) eram muçulmanos, 43.659 (10%) eram cristãos e 15.011 (3%) eram judeus. Mesmo após o início da colonização sionista, os árabes se mantiveram em maioria durante muitos anos. Em 1922, um censo britânico na Palestina contava 757.182 habitantes, dos quais 78% muçulmanos, 11% judeus e 9,6% cristãos.



A mitologia em torno da frase “terra sem povo para um povo sem terra” é até hoje cultivada por Israel, como se a Palestina fosse um território árido e desértico, cujo florescimento se deu a partir do estabelecimento da “civilização” com a migração sionista. Essa tese é desmentida por Pappe, para quem “ao longo dos séculos, a Palestina, longe de ser um deserto, era uma próspera sociedade árabe - de maioria muçulmana, predominantemente rural, mas com centros urbanos fervilhantes”.

Além de contar com uma agroindústria estabelecida, a Palestina possuía uma vasta rede de quase mil pequenos vilarejos e cidades históricas antes da chegada dos sionistas, além de uma próspera elite urbana nas cidades costeiras, nas planícies internas e nas montanhas. Ilan Pappe informa que:

“Embora não houvesse um Estado palestino, a localização cultural da Palestina estava bem clara; havia nela um sentimento unificante de pertencimento. Bem no início do século XX, o jornal Filastin refletia a forma como as pessoas chamavam seu próprio país. Os palestinos falavam seu próprio dialeto, tinham seus próprios costumes e rituais e habitavam um país que constava dos mapas- mundi como Palestina. (...) Sendo assim, a Palestina não era um território vazio. Ela era parte de um mundo mediterrâneo oriental rico e fértil que, no século XIX, passou por processos de modernização e nacionalização. Ela não era um deserto esperando pelo florescimento, mas um país pastoral prestes a ingressar no século XX como uma sociedade moderna, com todos os prós e contras próprios dessa transformação. Sua colonização pelo movimento sionista fez desse processo um desastre para a maioria dos nativos que lá viviam.”

O mito de que a Palestina era uma “terra sem povo”, portanto, não se sustenta em pé. Infelizmente, até hoje é preciso combater mais essa mentira da máquina de propaganda sionista.



OS PALESTINOS SAÍRAM DE SUAS TERRAS POR VONTADE PRÓPRIA EM 1948?

O sionismo nega a existência da Nakba até os dias de hoje. Confrontados com o fato de que a criação de Israel, em maio de 1948, gerou a expulsão de mais de 750 mil palestinos e a destruição de mais de 500 vilarejos, o movimento sionista responde com uma flagrante mentira: a de que os palestinos saíram voluntariamente de suas terras neste período.

A falsificação histórica promovida pelo sionismo prossegue, argumentando que em 1948 os palestinos deixaram suas casas a pedido dos exércitos árabes, que teriam garantido um retorno seguro após derrotar Israel na guerra. Ilan Pappé, historiador israelense, explica como nunca se encontrou qualquer vestígio de veracidade nesse argumento, ao comentar que nos anos 1960 o governo Israelense contratou uma pesquisa sobre o tema junto ao Instituto Shiloah, principal centro acadêmico do país de estudos sobre o Oriente Médio naquela época:

“A tarefa foi confiada a Ronni Gabai, pesquisador júnior. Com permissão para acessar documentos sigilosos, ele chegou à conclusão de que expulsões, medo e intimidações foram as principais causas do êxodo palestino. Ele não encontrou nenhum indício da suposta convocação das lideranças árabes para que os palestinos deixassem a terra e abrissem caminho para os exércitos invasores. (...) não houve nenhum chamado dos líderes árabes e palestinos para que a população partisse. Nossa pesquisa, desde então descrita como o trabalho dos “novos historiadores”, reafirma a conclusão de Gabai de que os palestinos perderam suas casas e sua pátria principalmente em razão de expulsões, intimidações e medo.”

Deslegitimar a existência da Nakba e afirmar que Israel não teve nada a ver com a expulsão de 750 mil palestinos em 1948 é algo fundamental para o sionismo, pois assim seu regime se desobriga de qualquer reparação em relação aos refugiados palestinos - cujo drama teve início ali e até hoje nunca foi resolvido.

Ao derrubar o mito de que os palestinos deixaram seus territórios por vontade própria, Ilan Pappé revela que o movimento sionista sempre teve em seu horizonte a necessidade de expulsar os palestinos de suas terras:

“Berl Katznelson foi provavelmente um dos mais importantes ideólogos sionistas dos anos 1930. Era considerado a consciência moral do movimento. Seu apoio à transferência era inequívoco. Na vigésima conferência sionista, convocada pouco depois de os britânicos

Foto: Fred Cszaznik/Public domain/Wikimedia Commons



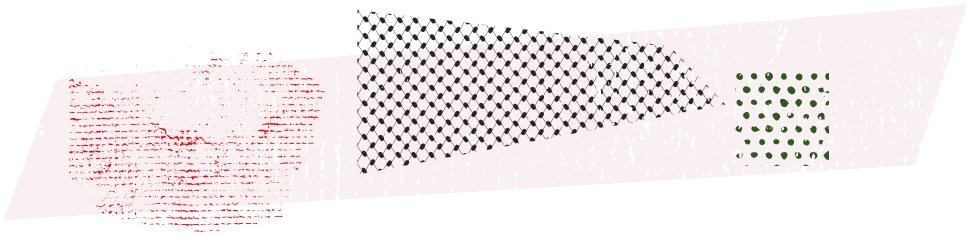
A Nakba foi a expulsão forçada dos palestinos de suas terras, algo que vem acontecendo até hoje.

oferecerem sua primeira proposta significativa de paz, ele manifestou com firmeza seu apoio à ideia. Disse aos presentes: ‘Minha consciência está completamente limpa. Melhor um vizinho distante que um inimigo próximo. Eles não sairão perdendo com sua transferência, e certamente nós também não. No balanço final, essa reforma política beneficia os dois lados. Já faz muito tempo que estou convencido de que essa é a melhor solução (...) e isso deve acontecer em breve’.

O historiador resgata, também, uma carta escrita pelo líder sionista Ben-Gurion em outubro de 1937 a seu filho Amos, onde ele afirma que seria necessário o uso da força para a expulsão dos palestinos e a consequente criação de Israel. No mesmo ano, de acordo com os registros de Nur Masalha no livro “Expulsão dos Palestinos”, Ben-Gurion registrou novamente seu apoio à expulsão dos palestinos: “Com a transferência compulsória, teríamos uma vasta área para assentamentos [...] Eu apoio a transferência compulsória. Não vejo nada de imoral nisso”.

O sionismo não apenas planejou a expulsão em massa dos palestinos, como se preparou militarmente para isso. O livro “Anthology Israel”, de Shaul Ramati, contabiliza os efetivos milicianos, paramilitares e terroristas do sionismo em 1948: o Haganah, que viria a ser o Exército de Israel, já tinha 45 mil membros; a Palmach (unidades treinadas pelos ingleses) tinha 3 mil integrantes; o Irgun e outros grupos terroristas somavam 3 mil membros; e a Polícia Rural Judia tinha um efetivo de 2 mil pessoas. Ao todo, as tropas sionistas somavam 53 mil pessoas, um número já superior ao dos exércitos dos nascentes estados árabes na época.

Ilan Pappé dá a dimensão de como esse efetivo paramilitar foi utilizado em 1948:



“Conforme se aproximava o fim do Mandato, as forças britânicas se retiravam através do porto de Haifa. Sempre que desocupavam um território, as forças da comunidade judaica tomavam conta dele, removendo a população local antes mesmo do fim do Mandato. O processo começou com alguns vilarejos em fevereiro de 1948 e culminou em abril com a limpeza étnica de Haifa, Jaffa, Safad, Beisan, Acre e Jerusalém Ocidental. Essas últimas etapas já haviam sido sistematicamente planejadas como parte do plano principal, o Plano D, preparado junto ao alto comando do Haganá, principal ala militar da comunidade judaica. (...) O crime cometido pelas lideranças do movimento sionista, que se tornaram o governo de Israel, foi o de limpeza étnica. (...) Em questão de sete meses, 531 vilarejos foram destruídos e onze bairros urbanos, esvaziados. A expulsão em massa foi acompanhada de massacres, estupros e confinamento de homens acima de dez anos em campos de trabalho por períodos superiores a um ano.”

Um dos massacres mais cruéis ocorreu na aldeia de Deir Yassin, invadida em 9 de abril de 1948 pelas tropas do Haganah e ocupada pelos terroristas do Irgun e do Stern. Em seu artigo “Palestina: História de uma colonização”, Gabriel Zadunaisky e Roberto Fanjul contam como ocorreu esse crime contra a humanidade:

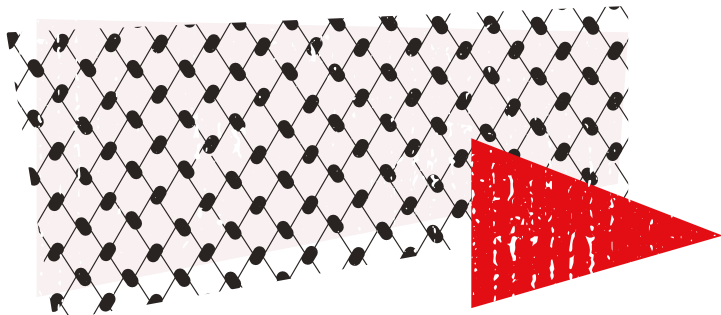
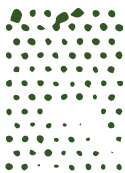
“Eles foram de casa em casa, exterminando todos os habitantes civis, a maioria dos quais eram mulheres, idosos e



crianças, pois a maioria dos homens estava fora da aldeia naquele momento. Jogando granadas de mão nas casas e depois metralhando ou cortando a garganta dos sobreviventes, eles exterminaram cerca de 250 árabes.”

Mais tarde, um historiador israelense, Arie Yitzhaqui, comentaria que Deir Yassin “seguiu o padrão usual da ocupação de um vilarejo árabe em 1948. Nos primeiros meses da Guerra da Independência, as tropas do Haganah e do Palmach realizaram dezenas de operações desse tipo”, de acordo com relato na revista *Middle East International*, de Londres, em abril de 1973. É também neste documento que encontramos as palavras do líder do Haganah, Menachem Begin, viria a ser premiado por seus crimes com o cargo de primeiro-ministro de Israel: “Todas as forças judaicas estavam avançando por Haifa como uma faca na manteiga. Os árabes fugiram em pânico, gritando: ‘Deir Yassin! Deir Yassin! Esse êxodo em massa logo se transformou em uma fuga louca e incontrolável”.

Assim, de massacre em massacre, de aldeia em aldeia, o sionismo ergueu, sob o cadáver dos palestinos, o Estado de Israel.



ISRAEL É UM ESTADO DEMOCRÁTICO?



Foto: Magne Hagesæter/Wikimedia Commons

Checkpoint israelense construído na Cisjordânia ocupada.

Talvez esse seja um dos mitos sobre Israel mais difundidos até hoje. A ideia de que Israel é “a única democracia no Oriente Médio” e um “farol de luz em meio à barbárie” dos regimes árabes ganha força na medida em que a grande mídia não desnuda o caráter repressor e opressor do regime sionista. Israel não é uma democracia, mas sim um regime de apartheid, que organiza sua sociedade de acordo com um projeto colonial e de limpeza étnica. Ou seja: o nível de direitos que cada cidadão tem em Israel está diretamente relacionado à sua etnia e à região onde vive.

Ben-Gurion, que já vimos ser um dos líderes do movimento sionista, expressava um grande temor de que Israel não conseguisse se firmar como um Estado com maioria judaica. Isso, segundo Ilan Pappé, “foi cinicamente resolvido com o

CC BY-SA 3.0 <<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/>>
via Wikimedia Commons

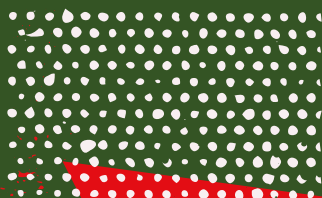


encarceramento da população dos territórios ocupados em uma prisão onde a cidadania inexistente”, referindo-se aos territórios de Gaza e da Cisjordânia.

O historiador resgata a forma como os direitos dos palestinos é tratada em Israel para denunciar o caráter antidemocrático do regime:

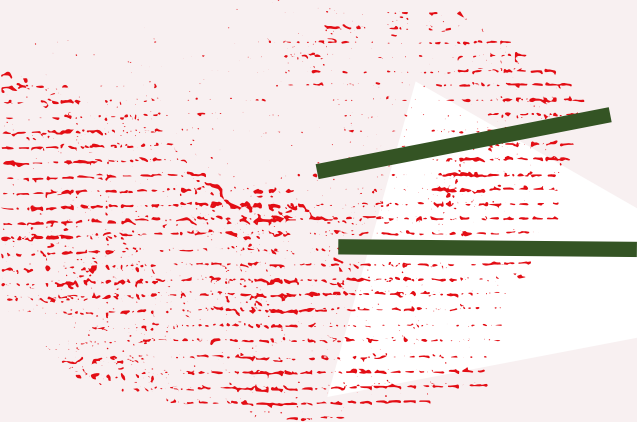
“A prova decisiva para qualquer democracia é o nível de tolerância que ela oferece às suas minorias. Nesse aspecto, Israel fica muito longe de ser uma verdadeira democracia. Por exemplo, no período após as novas conquistas territoriais, o Estado aprovou diversas leis para assegurar uma posição de superioridade para as majorias. Eram leis referentes à cidadania, à posse de terras e, mais importante, ao direito de retorno. Essa última garante cidadania automática a todos os judeus do mundo, seja qual for seu local de nascimento, e é explicitamente antidemocrática, pois se dá em paralelo à negação do direito de retorno dos palestinos, reconhecido globalmente pela Resolução 194 da Assembleia Geral da ONU de 1948. (...) Negar às pessoas o direito de retorno à sua pátria e, ao mesmo tempo, oferecer esse direito a pessoas sem nenhuma ligação com a terra é um modelo de prática antidemocrática.”

A discriminação atinge, também, as prefeituras palestinas, que dependem de recursos enviados por Israel - em última análise, o administrador-geral de todo o esforço produtivo dos palestinos. Essas municipalidades recebem muito menos que as prefeituras israelenses. “Por exemplo, a comunidade palestina mais próspera, o vilarejo de Me’ilya na alta Galileia, ainda tem números piores do que Neguev, a mais pobre das cidades judaicas. Em 2011, o Jerusalem Post noticiou que ‘a renda média judaica foi de 40 a 60 por cento mais alta que a renda média árabe entre os anos de 1997 e 2009”, demonstra Pappé.



Israel vive uma realidade de monopólio de terras por parte do Fundo Nacional Judaico, que concentra mais de 90% delas. “Os proprietários não podem negociar com cidadãos não judeus, e a terra pública tem uso prioritário para projetos nacionais, o que significa que novos assentamentos judeus estão sendo construídos enquanto não há praticamente nenhum novo assentamento palestino”, denuncia Ilan Pappé.

A ausência de democracia em Israel se reflete também na situação dos prisioneiros palestinos. Em julho, antes do conflito de outubro começar, a ONU estimava que havia 5 mil palestinos em prisões israelenses, incluindo 160 crianças. Destes, 1,1 mil estavam em detenção administrativa - ou seja, sem acusação formal e sem prazo para serem liberados. Após 7 de outubro, estima-se que já passe de 10 mil o número de presos palestinos. O instrumento da detenção administrativa, aplicado quase que exclusivamente à população palestina, é mais uma prova do apartheid e da ausência de democracia em Israel. É uma prisão sem julgamento, com indiciamentos secretos, que podem ir de



alguns meses a até vários anos e ser prolongadas sem qualquer justificativa. Isso torna impossível aos detidos e seus advogados a organização de uma defesa própria.

Em Israel, a maioria penal de 12 anos é um instrumento para encarcerar crianças palestinas, que agora poderão responder até mesmo por “delitos de terrorismo”, de acordo com uma nova legislação que tramita no país. Israel é também, possivelmente, o único país do mundo que julga crianças em cortes militares.

O regime de apartheid fica explícito diante da constatação de que a Cisjordânia, ocupada militarmente por Israel, possui cerca de 700 bloqueios em rodovias, além de 140 postos de controle, os chamados checkpoints - que limitam e dificultam o direito de ir e vir dos palestinos dentro de seus próprios territórios. Além disso, desde 2002 Israel vem construindo uma enorme muralha na Cisjordânia. Já são mais de 700 km de extensão, com até 8 metros de altura, cortando ao meio vilarejos e propriedades agrícolas dos palestinos.

Outro elemento escandaloso que escancara o caráter antidemocrático de Israel é a chamada “lei de propriedade ausente”, de 1950, segundo a qual palestinos que estivessem “ausentes” de suas propriedades perderiam direitos sobre ela, pois seriam consideradas abandonadas. Assim o regime sionista tentou dar um verniz legal ao roubo de terras e casas

dos palestinos, como se os 750 mil palestinos da Nakba tivessem simplesmente se ausentado e não sido expulsos de suas terras por meios militares e terroristas.

Gabriel Zadunaisky e Roberto Fanjul definem bem o que significa a lógica desta legislação:

“A ‘lei da ausência’ é uma ‘lei’ de roubo em massa, mesmo do ponto de vista das normas legais burguesas. É como se uma gangue de ladrões invadissem a casa de uma família, matasse metade deles e, como consequência, fizesse com que o restante fugisse. Quando chamados a prestar contas, esses senhores argumentam que, pelo fato de os sobreviventes terem ‘se ausentado’ e ‘abandonado’ sua propriedade, eles perderam todo o direito a ela, que agora passou para as mãos dos bandidos. Ao mesmo tempo, sob a mira de uma arma, eles impedem que os sobreviventes retornem e, toda vez que os sobreviventes tentam entrar em sua casa, os gângsteres gritam para o mundo que eles foram ‘assaltados’.”

O apartheid israelense já foi reconhecido e denunciado por organizações como a ONU, a Anistia Internacional, a Human Rights Watch e a ONG israelense B'Tselem. Como resposta a essa realidade, mais de 170 organizações da sociedade civil palestina lançaram em 2005, um chamado ao Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) contra Israel. A estratégia é a mesma utilizada para derrotar o regime do apartheid sul-africano, forçando governos, universidades, empresas e artistas a boicotarem um regime de segregação e limpeza étnica.

A ausência de democracia em Israel atinge, em maior medida, os palestinos, mas vitimiza também a própria população israelense. Muita gente não sabe, mas em Israel não existe casamento civil, já que o casamento é uma instituição restrita a judeus e controlada pelo Rabinato Chefe. Quem deseja formalizar um casamento fora do controle religioso precisa sair do país para fazer isso.

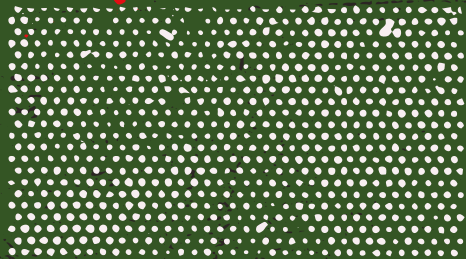
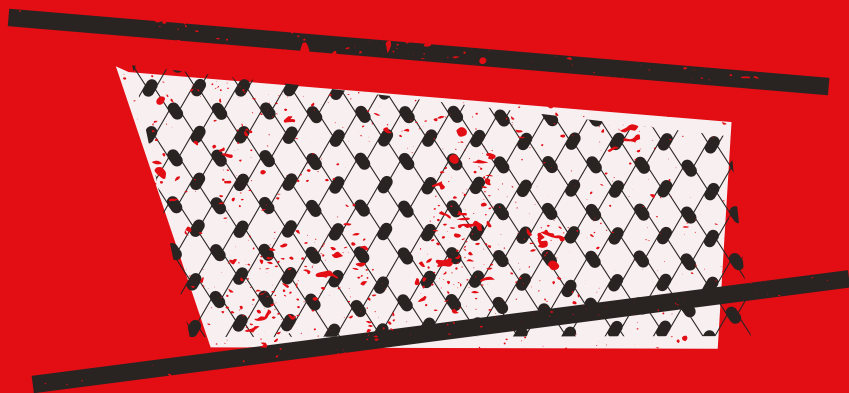


Além disso, com a última vitória de Netanyahu nas urnas e a formação da coalizão mais extremista da história de Israel, a população do país tem ido às ruas para combater a controversa reforma do Judiciário que o governo quer promover. A intenção de Netanyahu e seus aliados é ter mais controle sobre a escolha de juízes e as decisões da Suprema Corte - algo semelhante à retórica bolsonarista no Brasil.

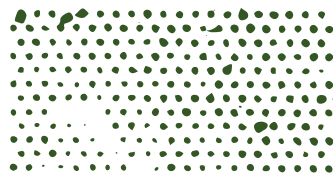
Para se consolidar de vez como um Estado de supremacia judaica, Israel aprovou, em 2016, uma lei que define o país como um Estado exclusivamente judeu. A lei do “Estado-Nação” estabelece que “Israel é a pátria histórica do povo judeu e eles têm um direito exclusivo à autodeterminação nacional”.

Por fim, é incompatível com qualquer conceito de democracia a existência de quase 500 mil colonos judeus morando em assentamentos ilegais construídos dentro dos territórios palestinos. Ilan Pappé resume bem a falácia democrática de Israel:

“Do sistema legal instaurado após a guerra (de 1967), passando pela presença militar absoluta e inquestionável na Cisjordânia e ao redor da Faixa de Gaza, até a humilhação diária de milhões de palestinos, a “única democracia” do Oriente Médio se comporta como uma ditadura do pior tipo. (...) Ao sobrevoar a Cisjordânia, vê-se claramente os resultados cartográficos dessa política: cinturões de assentamentos repartindo a terra e entrincheirando as comunidades palestinas em pequenas comunidades isoladas e desconectadas. Os cinturões de judeificação separam vilarejos de vilarejos, vilarejos de cidades, e, às vezes, dividem uma única vila em duas. É o que os acadêmicos chamam de desastre geográfico, sobretudo porque essas políticas se revelaram também um desastre ecológico, secando as fontes de água e arruinando algumas das mais belas paisagens palestinas.”



NOTAS DO PSOL EM APOIO À PALESTINA



SOLIDARIEDADE AO POVO PALESTINO: CONTRA O GENOCÍDIO EM GAZA!

A Executiva Nacional do PSOL, em conformidade com as resoluções do 8º Congresso do partido, vem se solidarizar com o povo palestino neste momento em que Gaza sofre um ataque devastador por parte do Estado de Israel que já tirou a vida de mais de 8 mil palestinos, sendo cerca de um terço de crianças.

Se por um lado condenamos os ataques a civis israelenses realizados no dia 7 de outubro pelo Hamas, por outro consideramos inaceitável o bombardeio indiscriminado a Gaza e a ofensiva terrestre com consequências devastadoras para dezenas ou centenas de milhares de civis.

O início do conflito não é datado do dia 7 de outubro. A tragédia que assistimos se insere num contexto de 75 anos de colonização, cerceamento de direitos básicos, bloqueios econômicos e negação dos direitos nacionais do povo palestino.

Não há nada que justifique as violações de direitos cometidas pelo Estado de Israel, com ataques a alvos civis, milhares de mortes, impedimento de acesso a água e comida. Um verdadeiro genocídio, como bem classificou o presidente Lula, que se desenvolve aos olhos da comunidade internacional e com o apoio direto e incondicional dos Estados Unidos.

O PSOL reafirma os compromissos assumidos em seu recente Congresso, de denúncia das agressões militares imperialistas,

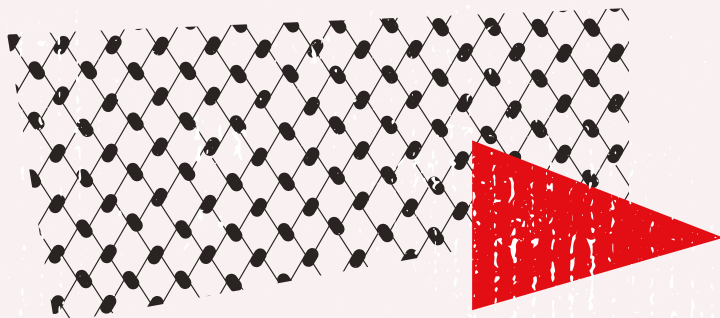
defesa da paz justa e soberana com o respeito à autonomia dos povos e à integridade territorial das nações; apoio à luta pela autodeterminação do povo palestino; participação nas campanhas de boicote, desinvestimento e sanções ao apartheid israelense e as instituições cúmplices do massacre.

Por isso, saudamos as iniciativas diplomáticas do governo brasileiro na ONU que apelaram a um cessar fogo e a entrada de ajuda humanitária em Gaza. Consideramos urgente toda a solidariedade ao povo palestino, seja por meio de declarações ou mobilizações e, desde já, nos somamos ao fortalecimento de iniciativas como o dia 4 de novembro, que está sendo convocado como Dia Mundial de manifestações e solidariedade ao povo palestino.

Nesse sentido, apoiamos a revogação dos acordos assinados por Bolsonaro com Israel na área de segurança e defesa, os quais alimentaram a cumplicidade que nutre a continuidade das violações perpetradas pelo Estado de Israel e promovem a importação para nosso país de táticas e tecnologias desenvolvidas no contexto do apartheid, aprofundando ainda mais o racismo e a militarização no Brasil.

31 de outubro de 2023

Executiva Nacional do PSOL





MOÇÃO DA NEGRITUDE DO PSOL CONTRA O GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO PROMOVIDO POR ISRAEL

Considerando a gravidade da situação no território palestino, onde este enfrenta um genocídio promovido por Israel, com bombardeios, ocupação militar e violações sistemáticas de direitos humanos, com o apoio dos Estados Unidos;

Considerando que os Estados Unidos foram o único país a ser contrário na ONU ao reconhecimento da Palestina como Estado-membro;

Considerando que na faixa de Gaza foram encontrados mais de 300 corpos de mulheres e idosos enterrados, dentro e no entorno dos hospitais, em valas comuns pelo Exército israelense nos últimos dias;

Considerando o histórico de apoio de Israel e dos Estados Unidos ao regime do Apartheid na África do Sul, com colaboração militar e financeira, que oprimiu o povo negro sul-africano e manteve Nelson Mandela encarcerado por décadas;

Considerando que estima-se que 35 mil palestinos foram mortos desde que o governo sionista e de extrema-direita de Benjamin Netanyahu iniciou sua ofensiva contra os territórios palestinos;

A Setorial da Negritude do PSOL delibera:

1. Repudiar veementemente o genocídio do povo palestino promovido por Israel, com o apoio dos Estados Unidos, e exigir o fim imediato dos ataques, bombardeios e ocupação militar.

2. Solidarizar-se com o povo palestino em sua luta legítima por autodeterminação, liberdade e justiça, reconhecendo o direito inalienável deste à sua terra e à sua dignidade.

3. Exigir que o governo brasileiro e a comunidade internacional tomem medidas efetivas para pressionar Israel a respeitar o direito internacional e os direitos humanos do povo palestino, rompendo com as relações financeiras com o Estado sionista e somando-se ao boicote internacional ao Estado de Israel.

4. Apoiar e participar de manifestações, atos e campanhas em solidariedade ao povo palestino, divulgando informações sobre a situação no território palestino e promovendo a conscientização sobre a questão, incluindo apoio aos estudantes e professores da Universidade de Columbia nos Estados Unidos que se manifestaram em favor da Palestina e foram alvo de repressão e violência pela polícia daquele país, bem como aos 50 trabalhadores da Google que foram demitidos por denunciar a colaboração desta big tech com Israel e sua violência sistemática contra os palestinos. Palestina Livre!



Salvador, 28 de abril de 2024

**Setorial Nacional da
Negritude do PSOL**

PSOL CONTRA O MASSACRE GENOCIDA DE ISRAEL EM GAZA E NO LÍBANO

Passados mais de um ano do 07 de outubro, os dados oficiais indicam a morte de mais de 42 mil pessoas na Faixa de Gaza, a maioria mulheres e crianças, e mais de 100 mil feridos, vários mutilados permanentemente. O massacre, considerado genocídio pela África do Sul e cerca de 50 países, inclusive o Brasil, em caso que tramita na Corte Internacional de Justiça (CIJ) na ONU, em Haia, não indica sinais de cessar-fogo definitivo.

Na última semana, a África do Sul apresentou novas 4750 páginas de provas forenses da existência de um genocídio em Gaza, tais como o fato de que já foram usadas mais de 70 toneladas de bombas e que bombardeios se dirigiram a hospitais, escolas, ambulâncias e filas de comida. Com as sucessivas proibições de entrada de ajuda humanitária, a fome, a sede, a desnutrição, a ausência de vacinas e remédios compõe esse verdadeiro horror.

Gaza é uma cidade com mais de 5 mil anos de idade, uma das mais antigas do globo. Não apenas locais de patrimônio histórico, mesquitas e igrejas foram destruídos, como se tornou um ambiente inabitável pela destruição ampla da sua infra-estrutura.

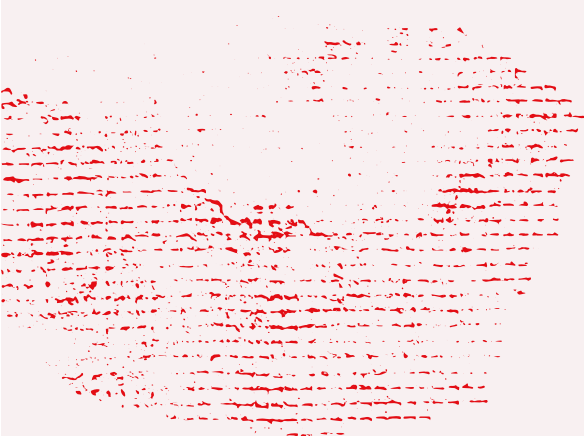
Não fosse suficiente, Netanyahu liderou uma onda de ataques também contra o Líbano, ampliando seu poder de fogo mortal sobre o Oriente Médio e contribuindo ativamente para uma possível escalada do conflito contra qualquer país, como o Irã, que queira se defender. Nesse sentido, foi importante o pedido do Itamaraty de cessar-fogo no Líbano e o início da missão de repatriação de brasileiros residentes no país.

Diante disso, o PSOL apoia todas as declarações de líderes políticos, de diferentes matizes, tais como Pedro San-

chez no Estado Espanhol, que reconhecem que se passa um genocídio em Gaza e que agora se estende ao Líbano. E todas as medidas mais enérgicas propostas por órgãos jurídicos internacionais, grupos de direitos humanos e países como Colômbia e África do Sul que caminhem no sentido do cessar-fogo total e imediato para garantir paz e ajuda humanitária e de interromper o genocídio promovido por Israel e quem está lucrando com a compra e venda de armas utilizadas neste massacre.

4 de novembro de 2024

Executiva Nacional do PSOL



DECLARAÇÕES DE APOIO À CAUSA PALESTINA

Conheça algumas das declarações de lideranças políticas, personalidades e artistas que já expressaram seu apoio à luta do povo palestino.



“O PSOL é um partido totalmente comprometido com a causa Palestina, pelo seu direito ao território e à existência. São mais de 75 anos de resistência e luta de todo um povo para que tenha seu Estado reconhecido e nesse momento denunciamos o genocídio, que afeta principalmente mulheres, crianças e idosos na Faixa de Gaza. Estaremos ao lado do povo palestino pelo cessar fogo total e pelo reconhecimento de seu Estado e território. Também lutaremos para que este genocídio não saia impune e que Netanyahu e seus aliados sejam devidamente punidos.”

Paula Coradi, presidenta nacional do PSOL



“Israel, o Estado invasor e colonialista, está exterminando o povo palestino, colonizado e ocupando os territórios, despossuindo suas terras e exilando seu povo. A perspectiva é aterradora para o futuro se não pararmos Israel, pois com mesma brutalidade que Israel trata os palestinos, os poderosos do mundo poderiam tratar os deslocados climáticos e as vítimas da peste, da fome e da guerra. Mas não o farão, porque assim como Hitler foi derrotado, Netanyahu também será. Os povos lutarão contra a barbárie, como já estão fazendo em muitos países onde as revoltas e rebeliões se sucedem. Dessas lutas surgirá o novo paradigma social que nos conduzirá a um outro futuro, a uma outra vida, a outra relação com a natureza e ao socialismo.”

Pedro Fuentes, fundador do PSOL e dirigente da Comissão Internacional do MES





“A ocupação sionista da Palestina viola as quatro Convenções de Genebra na medida em que há agressão física recorrente a civis, ataques aos bens de civis —como a demolição de casas na Cisjordânia ou a retirada dos palestinos em favor de colonos judeus— e punições coletivas, tais como a que vemos atualmente em Gaza.”

Ualid Rabah, presidente da Federação Árabe Palestina do Brasil



“Isto não é um conflito. Poderíamos chamá-lo conflito se se tratasse de dois países, com uma fronteira e dois estados, com um Exército cada um. Aqui trata-se de uma coisa completamente distinta: Apartheid.”

José Saramago, escritor

Foto: Fundação José Saramago - Divulgação



“É muito importante lembrar às pessoas como era a Palestina antes de 1948: um lugar onde coexistiam muçulmanos, cristãos e judeus.”

Ilan Pappé, historiador israelense

Foto: L. Willms Wikimedia Commons

CC BY-SA 3.0 <<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/>>, via Wikimedia Commons



“Nós sabemos muito bem que nossa liberdade é incompleta sem a liberdade dos palestinos.”

Nelson Mandela, ex-presidente da África do Sul e líder da luta contra o apartheid

Foto: South Africa The Good News www.sagoodnews.co.za



“Como posso tocar em Israel sabendo que o governo utilizará meu show para encobrir seus crimes?”

Kyp Malone, vocalista da banda TV on the Radio

Foto: Felix - Flickr

CC BY-NC-SA 2.0 DEED <<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.0/>> via Flickr



“Na minha opinião, você tem que seguir suas convicções políticas, especialmente se elas se baseiam em humanismo. É muito importante defender e dizer: ‘Pare o genocídio em Gaza’.”

Roger Waters, músico

Foto: Ricardo Stuckert - PR

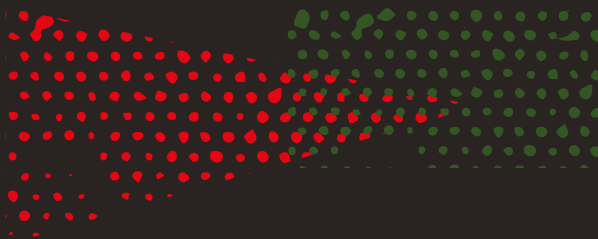


“Nossos irmãos e irmãs judeus esqueceram sua humilhação? Eles se esqueceram do castigo coletivo, das demolições de casas, em sua própria história tão cedo? Eles viraram as costas às suas profundas e nobres tradições religiosas? Eles se esqueceram de que Deus se preocupa profundamente com os oprimidos? Israel nunca terá verdadeira segurança e proteção oprimindo outro povo. Uma verdadeira paz só pode ser construída com base na justiça.”

Desmond Tutu, arcebispo sul-africano, Nobel da Paz e líder antiapartheid

Foto: University of Mount Union - Wikimedia Commons

University of Mount Union, CC BY 2.0 <<https://creativecommons.org/licenses/by/2.0/>>, via Wikimedia Commons



“A Palestina pertence aos árabes da mesma forma que a Inglaterra pertence aos ingleses ou a França aos franceses. É errado e desumano impor os judeus aos árabes.”

Mahatma Gandhi, ativista pela independência da Índia

Foto: Thierry Ehrmann/Wikimedia Commons

CC BY 2.0 <<https://creativecommons.org/licenses/by/2.0/>>, via Wikimedia Commons



“As futuras gerações irão nos cobrar sobre o que fizemos enquanto ocorria um genocídio televisionado no mundo, promovido por Israel contra o povo palestino. Se existe uma luta a ser apoiada em nosso tempo, é a luta da Palestina contra o imperialismo, a colonização, o apatheid e a limpeza étnica. Cerrar fileiras em defesa dos palestinos é obrigação de todos os internacionalistas e revolucionários.”

Thiago Ávila, internacionalista, comunicador e socioambientalista



“O atual genocídio distópico está nos ensinando que a interseccionalidade das lutas nunca foi tão importante como agora. Pessoas que lutam em todos os lugares estão enfrentando sistemas de opressão semelhantes, sistemas que estão interconectados em torno da supremacia, do domínio e da brutalidade. Nosso inimigo é um só. Não estou pedindo que as pessoas se preocupem com nosso povo por meras razões morais, estou pedindo que ajam porque é de interesse comum. Acredito firmemente que a libertação da Palestina é uma luta global que afetará muitas gerações futuras.”

Rula Shadid, Co-diretora do Instituto Palestino de Diplomacia Pública



“Não existem dois lados iguais, dois governos, dois países. Temos um Estado que ocupa territórios palestinos, que abusa dos direitos humanos dessa população e que aplica um sistema de apartheid.”

Arlene Clemesha, doutora em História Árabe e professora da USP





INDICAÇÃO DE LEITURAS SOBRE A PALESTINA

De forma modesta, selecionamos seis livros iniciais para quem deseja estudar um pouco mais a fundo a questão palestina - tema que, evidentemente, não se esgota nestas obras. Do relato jornalístico, que traz luz à realidade, à análise aprofundada dos historiadores, passando pelo ativismo intelectual de Edward Said, esperamos que essa seleção possa contemplar diferentes níveis de saberes e incentivar a busca por ainda mais conhecimento e apoio à luta do povo palestino.



Dez Mitos sobre Israel

(Ilan Pappé)

O historiador israelense Ilan Pappé, uma voz corajosa na denúncia dos crimes do sionismo, compila neste livro os principais mitos sobre o Estado de Israel, derrubando-os um por um. Munido de sólidas pesquisas, método científico e argumentos baseados em evidências e fatos, Pappé expõe as mentiras do regime sionista e revela a farsa criada por Israel para justificar a colonização e o apartheid do povo palestino.

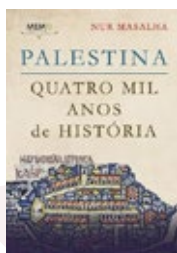




Limpeza Étnica da Palestina

(Ilan Pappé)

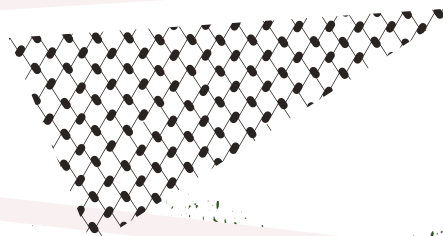
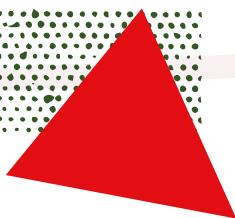
Uma obra completa, onde Pappé acessou o arquivo oficial israelense para demonstrar como o projeto sionista de colonização da Palestina previu, planejou e executou a expulsão deliberada dos palestinos de seus territórios para dar origem ao Estado de Israel na região.

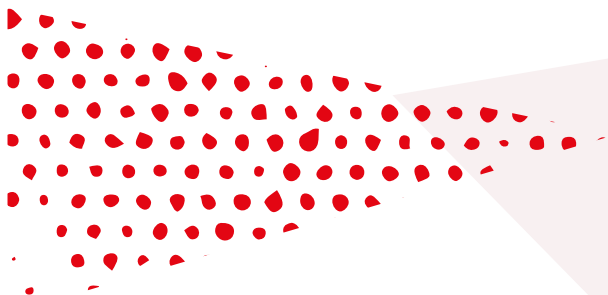


Palestina – Quatro mil anos de História

(Nur Masalha)

O historiador palestino Nur Masalha promove uma viagem no tempo, com todo o critério científico de um exímio pesquisador, para resgatar as raízes profundas da unidade nacional e geopolítica da Palestina. Um livro fundamental para desmistificar a narrativa bíblica utilizada até hoje por Israel como argumento para a criação do Estado judeu na região.





Viagem à Palestina: Prisão a céu aberto *(Adriana Mabilia)*

A jornalista Adriana Mabilia mostra a vida na Palestina como ela é. Este livro-repórtem relata a experiência de uma repórter que esteve nos territórios palestinos controlados por Israel, ouviu as dores de um povo que resiste há décadas contra a colonização sionista e traduz, em linguagem simples e acessível, o que significa viver sob ocupação militar no dia a dia de pessoas comuns, que tentam sobreviver em meio à ausência total de direitos imposta pelo regime israelense.





A questão da palestina

(Edward Said)

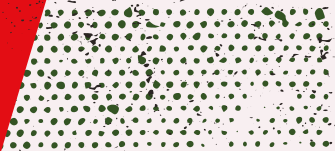
O intelectual e ativista palestino Edward Said dá uma contribuição fundamental à luta de seu povo com este livro, que condensa história e análise com a dimensão internacional da causa palestina - sem deixar, nunca, de denunciar a visão racista que molda a abordagem do chamado “Ocidente liberal” em relação aos palestinos e aos povos árabes em geral.



A Revolução Palestina de 1936 a 1939: Antecedentes, Detalhes e Análise

(Ghassan Kanafani)

Liderança da Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), o escritor Ghassan Kanafani, morto em 1972 pela Mossad, explica, nesta pequena porém fundamental obra, o contexto econômico, político e social da Palestina no período que antecedeu e também que abrange a revolta de 1936 a 1939. Orientado pela análise marxista da realidade e das condições materiais de vida do povo palestino, Kanafani fornece, neste livro, um mergulho imprescindível na sociedade palestina pré-Nakba, que enfrentava a aliança entre o Mandato Britânico e o sionismo, e analisa a revolta na qual, de acordo com muitos especialistas, a Palestina esteve mais próxima de atingir sua libertação até hoje.





Realização:



Apoio:



<https://flcmf.org.br/>

-  @fundacaolcmf
-  @flcmf
-  @fundacaolcmf
-  @flcmf.bsky.social
-  youtube.com/@FLCMF

